

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - ILMO.  
AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE**

Pregão Eletrônico nº 90017/2024

A **TOTAL - VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 06.088.000/0002-52, estabelecida na Quadra 207 SUL, alameda 05 QD. I 10, lote 07, nº 22, Centro, Palmas/TO, através de seu representante legal, com fulcro no item 15.2. do Edital, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso administrativo interposto pela empresa **GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.**, já devidamente qualificada no certame, em face da decisão que habilitou e sagrou vencedora a empresa Recorrida, conforme segue.

**1. DA TEMPESTIVIDADE**

No dia 09 de maio do ano corrente, a Recorrente manifestou intenção de recurso, tendo apresentado a peça recursal no dia 16 deste mês. Dessa forma, considerando que o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso é de 3 (três) dias úteis, a contar do término do prazo acima mencionado, deve ser recebida a manifestação, eis que tempestiva, uma vez que está sendo apresentada na presente data.

## 2. OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2023/046

O Processo Licitatório em epígrafe tem como objeto a *“Contratação de prestação de serviços de vigilância patrimonial, para garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio pertencente à Universidade Federal do Acre em todos os seus Campi e espaços externos ocupados em atividades institucionais, devidamente autorizadas pela Administração Superior, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”*.

## 3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Na forma do Edital, a legislação aplicada ao processo licitatório em análise é a Lei n. 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, sem prejuízo da aplicação de legislação correlata aplicável à espécie.

## 4. SÍNTESE FÁTICA

Em 07 de maio de 2024, por meio do portal “Comprasnet”, houve a abertura da sessão pública que objetiva a *“Contratação de prestação de serviços de vigilância patrimonial, para garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio pertencente à Universidade Federal do Acre em todos os seus Campis e espaços externos ocupados em atividades institucionais.”*.

Encerrada a etapa de lances, por apresentar o lance de menor preço global a proposta da empresa TOTAL – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA foi considerada classificada em 1º lugar, o Sr. Pregoeiro passou a análise da proposta classificada quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado e a verificação da habilitação conforme as exigências editalícias, sendo ela declarada vencedora no certame.

Todavia, por entender que a Recorrida não cumpriu as exigências editalícias, estabelecidas ao certame, a empresa **GOLD SERVICE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA.** interpôs recurso postulando pela desclassificação e inabilitação da empresa declarada vencedora, sob o argumento de que a Recorrida indicou a Convenção Coletiva de Trabalho errada na proposta ao objeto licitado; que não aplicou os encargos previdenciários sobre a intrajornada; descumprimento da reserva de cotas e não teria apresentado o Balanço Patrimonial.

No entanto, conforme poderá se verificar nas razões expostas a seguir, o apelo da Recorrente não merece prosperar, visto que o(a) Sr.(a) Pregoeiro(a) agiu de forma adequada e correta ao declarar a TOTAL - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA vencedora, visto que apresentou proposta em plena observância das disposições legais, bem como em consonância com as exigências do instrumento convocatório, assim como comprovou estar apta financeiramente e juridicamente para contratar com a Administração.

## **5. DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DA RECORRIDA**

### **5.1. OBSERVÂNCIA DO INSTRUMENTO NORMATIVO COLETIVO APLICÁVEL EM CONSONÂNCIA COM O EDITAL**

O Recorrente afirma que a Recorrida se utilizou de Convenção Coletiva de Trabalho cuja vigência já expirou, provendo a apresentação de proposta em desconformidade com a exigências editalícias, motivo pelo qual roga pela desclassificação da empresa TOTAL do certame.

Todavia, não deve prosperar o pedido realizado pela empresa GOLD, tendo em vista que a empresa Recorrida observou todas as condições editalícia atinentes a composição do custo.

Consoantes depreende do edital foi utilizada como parâmetro à composição do preço, em especial diante da utilização para formatação do valor de referência, a CCT SINDE. DAS EMP. DE VIG. E TRANSP. DE VALORES DO ESTADO DO ACRE 2023/2024:

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.2. Convenção Coletiva De Trabalho 2022/2024 e Termo Aditivo a Convenção Coletiva De Trabalho 2023/2024 do SIND. DAS EMP. DE VIG. SEG. E TRANSP. DE VALORES DO ESTADO DO ACRE.

Salienta-se que a utilização da CCT acima apontada observa a busca pela Administração Pública pela aplicação do Princípio da Isonomia, sendo que se se considerar a impossibilidade de trabalhar a proposta sobre o referido instrumento, terá que se considerar que o valor de referência apresentado pela Fundação Universidade Federal do Acre é inexecutável e uma vez que não houve impugnação ao edital para obter a

reformulação do valor de referência, adequado ele é, assim como o preço apresentado que é plenamente exequível.

Ademais, o preço ofertado é plenamente exequível, tanto que outras empresas licitantes, como a própria Recorrente, realizou lance ofertando preço semelhante em relação ao apresentado pela empresa total.

Com isso, há que se consignar que caso caracterize erro, eventual equívoco não ocasiona desclassificação, consoante se depreende do item 7.13 do Edital, ocasionando ao Recorrente o ônus de eventual incorreção, sem prejuízo da possibilidade de se realizar o ajuste da proposta, sem que se majore o preço ofertado (item 7.13.1 do instrumento convocatório), mediante realização de diligência.

Ademais, nos termos do que está previsto no edital, para que haja a desclassificação, necessário se faz que o preço proposto ao objeto licitado seja inexequível, e possível a declaração da inexequibilidade, apenas após diligência e desde que a conclusão seja equivalente as hipóteses abaixo colacionadas, o que se antecipa, não ocorre. Veja-se:

- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
  - 7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Dessa forma, uma vez ausente qualquer indício de que o preço ofertado pela Recorrida é inexequível, descabido o pleito de desclassificação, ao qual roga-se pelo não acolhimento.

## **5.2. CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS SOBRE RESERVA DE COTA**

Pelo que se depreende do recurso administrativo interposto pela Recorrente, ela visa a INABILITAÇÃO da TOTAL – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., sob a alegação de que não foi cumprido o item 4.3.4 do Edital, ao passo que supostamente a vencedora não cumpre a cota de reserva de cargos para PcD e reabilitados.

De acordo com a Recorrente, a empresa sagrada vencedora não cumpre o item editalício acima, consoante Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em nome da empresa, não levando ao processo licitatório previamente, conteúdo probatório em sentido contrário.

No entanto, de forma alguma deve ser recepcionada tal afirmação e seu respectivo pedido. Isso porque, se avaliarmos a Certidão apresentada na peça recursal pela Recorrente é de se ver que, como resta explícito, a certidão não abarca autos de infração e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, se tratando de dados declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Na realidade dos fatos, **a empresa cumpre com o Edital**, bem como com as leis que determinam **o cumprimento de reserva de cargos** para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social **dentro das limitações de mercado**.

Vale registrar ainda que a empresa há tempos que se empenha e busca incansavelmente alcançar todo o contingente imposto pela legislação no que tange a reserva de cargos para PCD, mas, por vezes não é possível cumprir todo o percentual, embora a constância das diligências e persistência, em razão de motivos alheios à sua vontade que não podem ser atribuídas à empresa. Ainda mais em decorrência da atividade desenvolvida.

Porém, a **Recorrente** **manejou ação judicial em face da União**<sup>1</sup>, na qual teve por objetivo obter ordem judicial que determine que a União se abstenha de negatar a referida certidão em decorrência do não cumprimento da cota de PCD, bem como o Auto de Infração nº 20.643.095-7 fosse anulado.

Demonstrado todos os esforços envidados pela empresa para integral cumprimento das vagas, através de provas que restaram claro questões de mercado, falta de candidatos em quantidade suficiente, motivos que não podem e não devem ser imputados à empresa.

Em face disso, **a Justiça do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho de Aparecida Goiânia proferiu a seguinte sentença, em favor e exclusivamente para a Total Vigilância:**

A Autora requereu a declaração de nulidade do Auto de Infração nº 20.643.095-7, lavrado pela Superintendência Regional do Trabalho de Goiás, em 07/04/2015 (ID 2ec47de), em que aplica penalidade à Requerente sob argumento de que não teria observado o Art. 93 da Lei 8.213/91, não preenchendo a cota mínima, em seu quadro de funcionários, de Portadores de Necessidades Especiais (PNE).

[...]

Destarte, **pode-se concluir que o não preenchimento da cota mínima de deficientes e reabilitados se dá pela ausência de interessados e não por ausência de esforços pela Requerente em lotar tais vagas.**

Ademais, há que se observar o empenho da autora em tentar se adequar à legislação, **inclusive ante**

---

<sup>1</sup> Autos de Processo nº 0011171-77.2017.5.18.0083. TRT18 – 3ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia.

a peculiaridade da atividade desenvolvida, qual seja, vigilância armada, na qual é muito mais difícil promover a inclusão de PNE e, ainda assim, logrou êxito em contratar 3, sendo impossível contratar o número exigido em lei, dada a natureza da atividade fim.

Assim sendo, entendo não ser devida a penalidade aplicada à Requerente, motivo pelo qual julgo procedente o pleito da Autora para determinar a anulação do Auto de Infração nº 20.643.095-7, bem como determino o arquivamento do processo administrativo respectivo, tornando insubsistente a multa aplicada no valor de R\$ 55.842,32, absolvendo a Requerente de todas as penalidades que lhes foram aplicadas quanto a tal fato.

Oficie-se a SRTE-GO dando ciência de tal decisão e determinar que se abstenha de negatar a certidão de aptidão fiscal e trabalhista da Requerente, bem como de proceder a sua inscrição no CADIN, quanto aos fatos mencionados nesta decisão.

### III) DISPOSITIVO

Isto posto, julgo PROCEDENTES EM PARTES os pleitos formulados na presente ação anulatória, para condenar a Requerida a cumprir as obrigações de fazer ora determinadas, nos termos da fundamentação supra que passa a integrar este dispositivo.

Tal entendimento se manteve perante o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, face o desprovimento do recurso interposto pela União, que gerou a seguinte jurisprudência sobre o assunto:

RECURSO DA UNIÃO. FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO. AUTO DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE NÚMERO MÍNIMO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE CULPA OU DOLO DA EMPRESA. MULTA INDEVIDA. Comprovando-se nos autos que a empresa envidou diversos esforços na tentativa de contratar pessoas reabilitadas do INSS ou portadoras de deficiência (art. 93 da Lei n. 8.213/91), demonstra-se sua boa-fé e inexistência de culpa ou dolo, sendo indevida a multa pelo descumprimento da obrigação legal. Recurso desprovido (TRT da 14ª Região; Processo: 0000072-27.2023.5.14.0111; Data de assinatura: 31-03-2024; Órgão Julgador: GAB DES FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ - PRIMEIRA TURMA; Relator(a): FRANCISCO JOSE PINHEIRO CRUZ)

RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS CONTRA SENTENÇA PUBLICADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. I - RECURSO DA UNIÃO. AÇÃO ANULATÓRIA DE AUTO DE INFRAÇÃO. RESERVA DE VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE) OU REABILITADOS. ART. 93 DA LEI Nº 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO COMPROVADA. Não importa em ofensa ao art. 93 da Lei nº 8.213/91 o descumprimento da cota de contratação de trabalhadores com deficiência ou reabilitados, prevista no referido dispositivo, quando comprovado que a empresa envidou contínuos esforços para o recrutamento de interessados, contudo, sem lograr êxito - premissa fática dos autos. Recurso ordinário conhecido e não provido. II - RECURSO DE CICLO CAIRU. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. Por se tratar de ação para desconstituição de auto de infração e, assim, não derivando de relação de emprego, nos termos da Súmula 219/TST e IN 27/TST, são cabíveis honorários sucumbenciais, no presente caso. Ação ajuizada antes da vigência da Lei n. 13.467/2017. Recurso parcialmente provido. (RO0000444-83.2017.5.14.0111, órgão julgador: 2ª Turma, Relatora: Vania Maria da Rocha Abensur, julgamento: 30-8-2018)

FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO. AUTO DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE NÚMERO MÍNIMO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE CULPA OU DOLO DA EMPRESA. MULTA INDEVIDA. Comprovando-se nos autos que a empresa envidou diversos esforços na tentativa de contratar pessoas reabilitadas do INSS ou portadoras de deficiência

(art. 93 da Lei n. 8.213/91), demonstra-se sua boa-fé e inexistência de culpa ou dolo, sendo indevida a multa pelo descumprimento da obrigação legal. Recurso provido. (RO 0000840-87.2017.5.14.0005, Relator Desembargador Francisco Pinheiro da Cruz, 1ª Turma, Data de julgamento: 11-7-2018)

O mencionado entendimento tem se pacificado nas demais cortes Trabalhistas do país como é o caso do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que igualmente vem decidindo nesse sentido:

**AUTO DE INFRAÇÃO. ANULAÇÃO. COTA MÍNIMA PARA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU REABILITADOS. EXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO QUANTO À IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO LEGAL.** Conquanto seja ônus da empregadora cumprir a exigência prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, **ela não pode ser responsabilizada pelo insucesso, quando comprovado que desenvolveu esforços para preencher a cota mínima**, Recurso da União conhecido e desprovido.

Demonstra-se, ainda que, de maneira categórica e brilhante o douto TRT18 pontou que, em que pese a ordem legal quanto ao cumprimento do preenchimento da cota mínima, a empresa não pode ser responsabilizada pela impossibilidade do cumprimento, depreende-se do voto:

*Data máxima venia* da tese recursal, a despeito dos termos legais categóricos, afronta o princípio da razoabilidade punir estabelecimento que demonstra nos autos ausência de obediência à contratação mínima, por razões alheias à sua vontade, especialmente pela ausência de interesse do público-alvo e/ou ausência de preenchimento dos requisitos legais dos candidatos, o que não demonstra o descumprimento da lei, mas sim, impossibilidade transitória de seu cumprimento.

No caso *sub oculis*, restou cabalmente comprovado que a empresa se empenhou no cumprimento da legislação, conforme vasta produção de prova documental (fls.113/136 e 150/171) colacionada à exordial - a qual nem sequer fora especificamente impugnada quando da apresentação da peça defensiva.

Além disso, exposto na *r. decisum*, é forte o entendimento jurisprudencial no sentido de que não se considera afronta ao art. 93 da Lei nº 8.213/91, quando a empresa emvidou esforços contínuos para o preenchimento da cota. Extraí-se:

"1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. ACOLHIMENTO. Havendo erro material no julgado, acolhem-se os Embargos de Declaração. Se a correção do vício constatado na decisão embargada implica atribuir efeito modificativo aos Embargos de Declaração, deve-se assim proceder, a fim de aperfeiçoar o julgado. Embargos de Declaração providos com efeito modificativo. 2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. **VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA.** PREENCHIMENTO. ART. 93 DA LEI 8.213/91. MULTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. ABSOLVIÇÃO 2.1. Conquanto seja ônus da empregadora cumprir a exigência prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, ela não pode ser responsabilizada pelo insucesso, quando comprovado que desenvolveu esforços para preencher a cota mínima, sendo indevida a multa, bem como a

condenação no pagamento de indenização por dano moral coletivo. 2.2. A empresa com 100 ou mais empregados deverá preencher de 2% a 5% de seus cargos com "beneficiários reabilitados" ou com pessoas portadoras de deficiência. **Entretanto, in casu, é descabida a condenação ao pagamento de multa e indenização por dano moral coletivo em face do não cumprimento da exigência prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, uma vez que ficou comprovado que a empresa empreendeu esforços a fim de preencher o percentual legal de vagas.** Recurso de Embargos de que se conhece e a que se dá provimento para totalmente improcedente os pedidos formulados na Ação Civil Pública." (ED-E-ED-RR - 658200-89.2009.5.09.0670, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 01/12/2016. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais. Data de Publicação: DEJT 19/12/2016; enfatizei.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/91. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMPRIMENTO DA COTA SOCIAL. **CONTRATAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS REABILITADOS OU PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA HABILITADAS. NÃO CARATERIZAÇÃO.** 1. Não há violação do art. 93 da Lei nº 8.213/91, na decisão rescindenda, uma vez que a ação civil pública intentada foi julgada procedente em parte, a fim de se reafirmar a necessidade de contratação de beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, no percentual legal referente a todos os cargos da empresa. 2. Nesse contexto, longe de autorizar o descumprimento da cota social, o MM. Juízo de origem determinou sua observância, tão somente afastando a cominação de "astreintes", **em caso de não provimento das vagas mesmo após a efetiva realização dos procedimentos de recrutamento pela empresa.** Adoção de critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Precedentes. 3. A ação rescisória não se destina à reavaliação da lide submetida ao Poder Judiciário, sob a ótica em que originalmente posta, mas à pesquisa dos vícios descritos pelo art. 485 do CPC, restritivamente estabelecidos como autorizadores do desfazimento da coisa julgada. Diante das peculiaridades que envolvem seu ajuizamento, a via da ação rescisória não pode ser usada como sucedâneo de recurso. A insatisfação da parte com o seu próprio desempenho ou com a solução dada ao litígio originário não autorizará a quebra da coisa julgada. Recurso ordinário conhecido e desprovido." (RO-7800-03.2011.5.17.0000. Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira. Data de Julgamento: 17/12/2013. **Subseção II Especializada em Dissídios Individuais.** Data de Publicação: DEJT 19/12/2013.)

"**AUTO DE INFRAÇÃO. ANULAÇÃO. NÃO ATENDIMENTO AO PERCENTUAL MÍNIMO DE EMPREGADOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA OU REABILITADOS ESTABELECIDO NO ARTIGO 93 DA LEI Nº 8.213/91 POR FALTA DE INTERESSADOS.** O artigo 93 da Lei nº 8.213/91 fixa os percentuais (2% a 5%) de reserva de cargos a portadores de deficiência ou reabilitados que toda empresa com mais de cem empregados deverá observar. Na hipótese dos autos, concluiu o Regional que a empresa conseguiu comprovar ter feito o que estava ao seu alcance para cumprir a legislação, bem como a dificuldade para contratar profissionais portadores de deficiência ou reabilitados. Registrou que foram juntadas aos autos solicitações à agência do Sistema Nacional de Emprego em Alagoas (SINE-AL) para que fossem enviados currículos de profissionais naquela situação, bem como recortes de classificados de jornais de grande circulação na tentativa de atrair futuros empregados, mas que, apesar do esforço, não recebeu nenhum encaminhamento do SINE-AL nem tem conseguido êxito em contratar a totalidade do número de empregados exigidos por lei. Consignou que o próprio SINE-AL reconheceu a escassa disponibilidade de profissionais portadores de deficiência, conforme Ofício nº 007/09 enviado à empresa recorrida, em que se reconheceu a existência de grande demanda por parte das empresas para contratação de portadores de deficiência física, mas que, dos 34 (trinta e quatro) empregados cadastrados no banco de dados do SINE-AL, a maioria não tinha interesse em ocupar vaga oferecida pela empresa, pois alguns estariam recebendo benefício; outros, trabalhando, e o restante seria convocado para ver se estavam disponíveis. **Assim, o Tribunal Regional considerou que, tendo a recorrente comprovado a realização de esforços para a contratação de empregados portadores de deficiência ou reabilitados, bem como que não houve demonstração de que a empresa não reservou as vagas nem elas deixaram de ser**



**preenchidas por recusa da empresa**, não há como penalizá-la pelo não preenchimento da totalidade de vagas destinadas por lei aos portadores de deficiência ou reabilitados. Desse modo, por depreender-se da lei que a reserva dessas vagas não é para qualquer portador de deficiência, e sim para aqueles trabalhadores reabilitados ou os portadores de deficiência que possuam alguma habilidade para o trabalho, ou seja, cuja deficiência permita o exercício de uma atividade laboral, e sendo certo que a empresa reclamante empreendeu todos os esforços ao seu alcance necessários ao atendimento do comando legal, não há falar que a decisão da Corte a quo tenha afrontado os artigos 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal e 93 da Lei nº 8.213/91. Recurso de revista não conhecido." (RR-505-97.2012.5.19.0007. 2ª Turma. Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta. DEJT de 31/3/2015; negritei.)

CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. NÃO ATENDIMENTO DA COTA MÍNIMA PREVISTA NO ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991. DIFICULDADE NO PREENCHIMENTO DAS VAGAS. MULTA ADMINISTRATIVA INDEVIDA. A norma deve ser interpretada com razoabilidade, devendo a matéria ser tratada muito além do mero preenchimento do número de vagas. A real intenção do legislador ordinário, ao considerar o sistema de cotas para deficientes, foi o de assegurar ao trabalhador debilitado sua inserção no mercado de trabalho. Muito embora o art. 93 da Lei nº 8.213/1991 obrigue a empresa a contratar pessoas reabilitadas ou portadoras de deficiência habilitadas, impondo a observância de cotas, não podemos deixar atentar para os contornos relevantes acerca da questão, especialmente os sociais, pois é grande a dificuldade em encontrar essas pessoas à disposição das empresas em número suficiente para preencher a cota. No caso, a empresa-autora não se escusou de cumprir a lei, tendo envidado esforços para o preenchimento da cota mínima, de modo que não se mostra razoável penalizá-la pelo não preenchimento das vagas (TRT da 2ª Região, Processo 1001380-18.2018.5.02.0038, da 12ª Turma do TRTSP, Relator Desembargador Benedito Valentini).

Desse modo, seguindo o entendimento jurisprudencial, o alegado “descumprimento” a cota de PCD não se caracteriza, uma vez que por motivos alheios à vontade da Recorrida não é possível preencher as vagas, inclusive tal situação restou analisada por meio de ação judicial autônoma já transitada em julgado que garantiu a não penalização da empresa diante disto.

Dessa feita, haja vista a sentença aludida, não se caracteriza descumprimento à ordem legal, pelos fatos acima expostos, de forma que não deve ser acolhido o recurso da empresa GOLD, pois reconhecido judicialmente que a Recorrida cumpre as exigências de reserva de cargos para PcD, não havendo o que se falar em descumprimento do item 4.3.4. e disposições afins. Porém, cabe os efeitos dessa decisão para apenas a empresa **TOTAL – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.**

Além disso, a própria Certidão sinaliza que não consta autos de infração e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, o que deve ser analisado em conjunto. Concomitante ao que a própria certidão determina:

1. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
2. A periodicidade de atualização das certidões é semanal. Nenhuma informação enviada ao eSocial a partir do dia anterior ao da data de processamento dos dados foi considerada para emissão deste documento. As informações enviadas ao eSocial posteriormente serão refletidas nas certidões a partir da próxima data de processamento.
3. Esta certidão não abrange autos de infração e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
4. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
5. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar> com o código de verificação **VZ6zO6n9IyOh8fg**.

De toda sorte, caso fosse o caso, o não alcance da cota mínima estabelecida pela Lei n. 8.213/1991 não pode ser justificativa para impedir que a Recorrida licite, sob pena de a Administração Pública estar violando a garantia prevista no artigo 37, artigo XXI, da Constituição Federal.

Portanto, diferente do que aduz a Recorrente, não há descumprimento da norma editalícia e legal, assim como não houve declaração falsa, uma vez que devidamente analisado a situação da Recorrida pelo Poder Judiciário, afastando qualquer penalidade e abstendo de penalizar a empresa por tal razão.

Outrossim, referente a tentativa desesperada da Recorrente, em alegar que há certidão do Ministério do Trabalho e Emprego que supostamente demonstra o descumprimento ao Edital e a Legislação aplicável, não se passa de tentativa de distorcer a verdade dos fatos.

Isso porque, a referida certidão não abarca informações acerca de autos de infração e decisões judiciais referentes à reserva de vagas para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social, conforme dito anteriormente.

Com isso, visualiza-se que as informações contidas na referida declaração não refletem a realidade da empresa, isso também por não serem atualizadas com periodicidade necessária.

Reitera-se, portanto, que a certidão não reflete a realidade da empresa, uma vez que não abrange a decisão judicial citada outrora. Então, é manifesto que a empresa TOTAL – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA jamais prestou declaração falsa no processo licitatório em curso.

Por consequência, entende-se que a desclassificação e a inabilitação da Recorrida por tal fato se mostraria deveras equivocada e desproporcional, bem como ocasionaria a redução a competitividade do certame e desclassificaria empresa que apresentou a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

De outra banda, a inabilitação da empresa Recorrida também se mostraria equivocada, tendo em vista que a empresa cumpriu o requisito legal e editalício dentro de sua realidade e possibilidade, tendo sentença transitado em julgado que proíbe a aplicação de penalização por tal fato.

De toda sorte, **se considerada fosse a alegação da Recorrente, ela própria não poderia igualmente ser habilitada, pois igualmente**, pelo que se extrai da Certidão do Ministério do Trabalho e do Emprego, por não cumprir a cota mínimo de reserva de vagas para PcD e Habilitados, veja-se:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**CERTIDÃO**

**EMPREGADOR:** ESTACAO VIP VIGILANCIA E TRANSPORTE DE  
VALORES LTDA

**CNPJ:** 09.228.233/0001-10

**CERTIDÃO EMITIDA** em 16/05/2024, às 14:07:44

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), recebidos e processados até a data abaixo informada, certifica-se que o empregador acima identificado emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

**Data do processamento dos dados:** 13/05/2024

Em virtude do exposto, observando o cumprimento integral das exigências editalícias, tal como o cumprimento da previsão legal acerca de reserva de vagas para PCDs e reabilitados, inexistindo razões plausíveis para a inabilitação da licitante, tem-se que o Recurso interposto pela Recorrente não deve ser recepcionado, e caso seja, o que não se acredita, que seja negado provimento em sua totalidade.

### 5.3. SOBRE A REGULARIDADE DA INCIDÊNCIA DE ENCARGOS SOBRE O CUSTO COTADO – INTRAJORNADA

Da leitura da peça recursal, alega a Recorrente ainda que a Recorrida descumpriu previsão legal no que tange a incidência previdenciária sobre a intrajornada, vez que não previu adequadamente na planilha de custos e formação de preços, em especial sobre o intervalo intrajornada.

Porém, não se entende que haja equívoco na proposta em especial no que tange a incidência da intrajornada, pois a empresa ao compor seu preço, observou as delimitações realizada na Convenção coletiva de Trabalho utilizada como parâmetro nesta licitação.

Dito isto, imperioso expor que a CCT trabalha o intervalo para descanso da seguinte forma:

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO INTERVALO INTRAJORNADA

As empresas concederão intervalo intrajornada para alimentação e repouso dos seus empregados da seguinte forma:

a) Aos trabalhadores que laborarem sob o regime de 12x36, o intervalo para descanso e alimentação será de 60 (sessenta) minutos, o qual não será computado na carga horária de trabalho, devendo ser indenizado o período não gozado, com o pagamento de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor já pago da hora normal;

Note-se que da leitura do dispositivo acima mencionado é possível se concluir que há a possibilidade de indenizar o empregado que não gozar do intervalo intrajornada, o que nos leva a visualizar que os valores cotados na planilha de custo mostram-se adequados e por caracterizar verba indenizatória não existe razão para incidir outros custos como contribuição previdenciária sobre a verba.

Posto isto, é necessário que se considere e se observe que o Supremo Tribunal Federal já tornou inequívoco o fato de que a Convenção Coletiva prevalece sobre normas infraconstitucionais, consoante fixado no Tema 1046. Logo, se a Convenção Coletiva de Trabalho traduz o custo como uma verba indenizatória, não deve sobre ela recair qualquer tributação da estirpe apontada pelo Recorrente.

Ato contínuo, vale lembrar que o modelo de planilha de custos e formação de preços anexo ao edital já estabelece uma fórmula fixa para intrajornada, não podendo ser, assim como não foi alterada a fórmula imposta pela Administração Pública Licitante, o que reforça o fato de que não incide sobre o intervalo intrajornada o encargo apontado pelo Recorrente.

Dessa forma, requer seja desprovido o recurso inclusive neste ponto, ao passo que não condiz com as exigências editalícias, tampouco retrata ato útil à cotação do preço proposto nesta licitação, estando a proposta da Requerida de acordo com o instrumento convocatório.

Imperativo o desprovimento do recurso.

#### 5.4. SOBRE A APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL

Ato contínuo, de forma derradeira, alega a Recorrente que a Recorrida descumpriu o item 8.22. do Termo de Referência anexo ao edital, ao supostamente deixar de apresentar o balanço patrimonial que diz respeito a condição de habilitação econômico financeira, razão pela qual rogou pela inabilitação da empresa no certame.

Afirma a Recorrente ainda que a empresa Total negligenciou e inobservou as condições editalícias à participação no pregão. Porém, é importante se esclarecer que a Recorrida apresentou os balanços patrimoniais dos últimos exercícios sociais registrados.

Salienta-se aqui que, nos termos do artigo 16, § 4º, da Instrução Normativa SEGES/MP n. 03/2018, a empresa deve apresentar o balanço patrimonial do exercício de 2023 no SICAF até a data limite para transmissão da ECD via SPED para a Receita Federal do Brasil, consoante se afere abaixo:

Art. 16. O empresário ou sociedade empresária deverá inserir no Sicafe o Balanço Patrimonial elaborado e registrado nos termos da legislação em vigor.

[...]

**§ 4º O balanço patrimonial deverá ser apresentado anualmente até o limite definido pela Receita Federal do Brasil** para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped para fins de atualização no Sicafe.

Se aferirmos a Instrução Normativa RFB n. 2.003/2021, se verificará que o prazo para tanto finda em junho de 2024, conforme previsto no dispositivo abaixo colacionado:

Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) **até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração.** (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 2142, de 26 de maio de 2023)

§ 1º O prazo para entrega da ECD será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração.

(grifou-se)

Ademais, o balanço patrimonial atinente ao exercício-social de 2022 ainda tem validade até 31/05/2024, conforme é possível se aferir no SICAF, admitindo à Recorrida o gozo de seus efeitos do balanço.

Ou seja, nos termos das legislações aplicáveis, a Recorrida disponibilizou os 2 últimos balanços patrimoniais válidos e aceitáveis no SICAF, em observância a exigência prevista no item 8.22 do Termo de Referência, inexistindo razões para que ocorra a inabilitação da Recorrida.

Ademais, apenas a título ilustrativo, noutra oportunidade a Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Seges/MGI) retratou aos pregoeiros e afins o reflexo da dilação do prazo concedida para apresentação da Escrituração Contábil (ECD) sobre as licitações, assim como a validade das declarações de regularidade atinente a registro de balanço patrimonial do exercício-social de 2021. Veja-se:

 > Acesso à informação > Notícias > Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil prorroga o prazo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2022.

## Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil prorroga o prazo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2022.

Publicado em 30/05/2023 10h01 | Atualizado em 31/05/2023 20h15

Compartilhe:     

**E**sta Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Seges/MGI) informa aos fornecedores, pregoeiros e gestores de compras que o prazo de validade da qualificação econômico-financeira, referente aos demonstrativos do exercício de 2021 das empresas cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), fica **prorrogado até 30 de junho de 2023**, em decorrência da recém publicada **Instrução Normativa RFB nº 2142, de 26 de maio de 2023**, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que altera o prazo de apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2022 até o último dia útil do mês de junho de 2023.

Nesse sentido, esta Secretaria esclarece que, mesmo que conste como **"vencido"** o prazo da qualificação econômico-financeira após 31 de maio de 2023, a certidão **permanecerá válida até 30 de junho de 2023**.

Por oportuno, reforça-se que as demonstrações contábeis referentes ao ano-calendário de 2022, devem ser apresentadas no Sicaf até **30 de junho de 2023**, nos termos do § 4º do Art. 16 da **Instrução Normativa SEGES nº 3, de 26 de abril de 2018**.

Para acessar notícia RFB, [clique aqui](#).

Em caso de dúvidas, favor contatar a Coordenação-Geral de Normas por meio do e-mail [cgnor.seges@economia.gov.br](mailto:cgnor.seges@economia.gov.br).

(Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/noticias/secretaria-especial-da-receita-federal-do-brasil-prorroga-o-prazo-de-entrega-da-escrituracao-contabil-digital-eed-referente-ao-ano-calendario-de-2022>. Acessado em 21 mai 2024)

De toda sorte, ante o término dos levantamentos e efetivação dos registros da empresa, em que pese tal informação não altere o fato de que a Recorrida cumpriu a condição editalícia acerca da habilitação econômico-financeira, recentemente foi acostado ao SICAF o balanço patrimonial relativo ao exercício social

de 2023, o qual igualmente demonstrará a capacidade financeira da empresa para suportar os ônus financeiros decorrentes da execução do objeto ora licitado.

Ainda, com o fito de evitar confusões e prover o devido esclarecimentos ao Recorrente, as instruções normativas são plenamente adequadas e válidas aos fins aqui discutidos e ao que se prestam, ao passo que elas servem justamente para complementar Leis e decretos, não visando transpor ou inovar em relação ao texto legal, de forma regulamentar aquilo que a norma deixa em aberto.

Logo, a aposição da Recorrente no sentido de diminuir o conteúdo das instruções normativas e atos administrativos afins, não afasta validade e aplicabilidade delas no processo concorrential.

Dessa forma, pelo exposto, roga-se pelo não acolhimento da alegação de descumprimento da das condições editalícias atinentes a qualificação econômico-financeira, com o consequente desprovimento do recurso.

## **6. PEDIDOS**

Diante do exposto, requer-se que não seja conhecido o recurso administrativo interposto pela empresa GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., e, caso seja conhecido, o que não se espera, requer que seja negado provimento.

Outrossim, a hipóteses de parcial provimento, requer seja a empresa TOTAL – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., convocada para realizar eventual diligência julgada necessária por esta ilustre autoridade, em prazo razoável.

Protesta provar o alegado através de todas as provas admitidas em direito, inclusive diligências, caso necessário.

Nestes termos,  
pede deferimento.

Rio Branco/AC, 21 de maio de 2024.

**DIOGO HENRIQUE FRANCO MARTINS**